



Petição Pública para a Criação de uma Lei de Bases da Alimentação e Estratégia Nacional de Alimentos de Origem Vegetal

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República,

Dirigimo-nos a V. Exa. com a presente petição para solicitar a criação de uma Lei de Bases da Alimentação em Portugal. Acreditamos que esta legislação é essencial para garantir o direito fundamental à alimentação saudável e ambientalmente sustentável, promovendo também a segurança e soberania alimentar em Portugal. Nesse âmbito, solicitamos também a criação de uma Estratégia Nacional de Alimentos de Origem Vegetal.

Apelamos ao Governo para que:

1. **Crie uma Lei de Bases da Alimentação**, que obrigue à implementação de programas que promovam os direitos fundamentais à alimentação saudável e sustentável.
 - Esta lei deve orientar-se pela alimentação que privilegia o consumo de alimentos de origem vegetal (como é o caso da Dieta Mediterrânica) e pela produção alimentar ajustada às condições edafoclimáticas do país e ao equilíbrio dos agroecossistemas, em termos dos serviços de ecossistema. Deve **priorizar a produção de alimentos saudáveis e ambientalmente benéficos** que atualmente apresentem uma produção interna insuficiente em relação ao consumo nacional, como os cereais e as leguminosas.
2. **Estabeleça uma Estratégia Nacional de Alimentos de Origem Vegetal.**
 - Esta estratégia deve traduzir-se em **programas de financiamento para produtores, agricultores, empresas, universidades e outras entidades que queiram produzir, desenvolver e investigar alimentos sustentáveis e saudáveis de origem vegetal**. Tais incentivos podem motivar a diversificação dos sistemas de cultura e da alimentação, garantindo a acessibilidade e disponibilidade dos alimentos de origem vegetal. A adesão a dietas de base vegetal reduz o risco de doenças crónicas, como diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares, cancro e mortes prematuras¹ e os alimentos de origem vegetal tendem a ter uma pegada ambiental menor do que os de origem animal.²
 - Isto surge em linha com as recomendações da Comissão Europeia sobre o futuro estratégico da agricultura e, em concreto, para estabelecer um **plano de ação para alimentos de origem vegetal**, até 2026.
 - As **leguminosas**, em particular, desempenham um papel crucial na agricultura sustentável. Têm a capacidade de fixar o azoto atmosférico nos

¹ Wang, Y., Liu, B., Han, H., Hu, Y., Zhu, L., Rimm, E. B., Hu, F. B., & Sun, Q. (2023). Associations between plant-based dietary patterns and risks of type 2 diabetes, cardiovascular disease, cancer, and mortality - a systematic review and meta-analysis. *Nutrition journal*, 22(1), 46. <https://doi.org/10.1186/s12937-023-00877-2>

² Hannah Ritchie (2020) - "You want to reduce the carbon footprint of your food? Focus on what you eat, not whether your food is local" Published online at OurWorldinData.org. Retrieved from: '<https://ourworldindata.org/food-choice-vs-eating-local>' [Online Resource]



solos, fornecendo não apenas nutrientes essenciais para outras culturas, mas também atuando como um fertilizante natural, o que reduz a necessidade de inputs sintéticos e diminui a poluição química. Num mundo onde as temperaturas são cada vez mais elevadas, as leguminosas destacam-se pela sua resistência e capacidade de crescer sob uma ampla variedade de climas, o que as torna uma **escolha ideal para enfrentar os desafios das alterações climáticas**.

3. **Promova o consumo de alimentos de origem vegetal** (hortícolas, frutas, leguminosas, cereais integrais, frutos gordos, sementes e seus derivados), através de programas de saúde prioritários, diretrizes oficiais e coordenação com profissionais de saúde.
 - É necessário incentivar o consumo de alimentos mais saudáveis, como as leguminosas e hortícolas, que estão longe de atingir as recomendações de saúde.
 - Deve-se capacitar as cantinas públicas para a preparação de refeições de base vegetal mais equilibradas e sustentáveis. Por exemplo, ao adaptar pratos tradicionais para que privilegiam alimentos de origem vegetal respeitamos a nossa cultura e beneficiamos a saúde e o ambiente. A implementação de um relatório de acompanhamento da qualidade das refeições nas cantinas públicas é igualmente importante.
 - As **diretrizes alimentares oficiais devem passar a integrar o tema da sustentabilidade ambiental** e considerar igualmente as alternativas proteicas à carne e laticínios.

Contexto do nosso apelo:

1. Os **hábitos alimentares inadequados no nosso país estão entre os principais fatores que mais contribuem para a perda de anos de vida saudável e para a mortalidade**, conforme destaca o Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS).
 - Um relatório do PNPAS, com base em dados de 2021 provenientes do *Global Burden Disease Study*, revela que a alimentação inadequada é um dos cinco fatores que mais contribuem para a perda de anos de vida saudável e o terceiro fator de risco que mais contribui para o total de mortes em Portugal. Entre outros, este cenário é potenciado pelo baixo consumo de cereais integrais, fruta e hortícolas.³ Outro aspeto preocupante é o consumo de carne em Portugal, que é três vezes superior ao recomendado.⁴

³ Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) da Direção-Geral da Saúde (DGS) (Maio 2024). Hábitos alimentares inadequados, excesso de peso e outros fatores de risco metabólico foram os principais determinantes para a carga da doença: https://nutrimento.pt/activeapp/wp-content/uploads/2024/05/GBD-2021_PNPAS.pdf

⁴ Turnes, A.; Pereira, P.; Cid, H.; Valente, A. Meat Consumption and Availability for Its Reduction by Health and Environmental Concerns: A Pilot Study. *Nutrients* 2023, 15, 3080. <https://doi.org/10.3390/nu15143080>



2. A produção e o consumo alimentar em Portugal têm impactos significativos no ambiente e nas alterações climáticas.

- Na União Europeia, o setor pecuário é responsável por 81-86% das emissões agrícolas de gases de efeito estufa (GEE)⁵, 17% das emissões gerais⁶ e 53% das emissões totais de metano⁷ (que chega a ter um potencial de aquecimento 80 vezes superior ao do dióxido de carbono). Em Portugal, a agricultura contribui com 12% das emissões de GEE e mais de metade destas emissões são provenientes da fermentação entérica associada ao processo digestivo dos animais da pecuária.

3. Portugal é um dos países europeus mais afetados pelas alterações climáticas, o que torna urgente a adoção de políticas alimentares sustentáveis.

- A necessidade de redirecionar subsídios agrícolas e ambientais para a produção de alimentos mais sustentáveis, em particular alimentos de origem vegetal, torna-se imperativa. Isto inclui a promoção de leguminosas, que constituem uma alternativa proteica saudável e são altamente versáteis e ecológicas, mas que Portugal só produz 14% das suas necessidades de consumo⁸.

4. Atualmente, existe uma baixa produção de fontes proteicas de origem vegetal em Portugal, acompanhada de um consumo abaixo do recomendado de alimentos de origem vegetal.

- Em contrapartida, há uma elevada produção de alimentos de origem animal, os quais contribuem para mais de metade da pegada ecológica alimentar do país⁹. As **políticas alimentares devem atuar para diversificar a alimentação.**

Organizações promotoras e dinamizadoras desta petição:

ProVeg Portugal

ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável

GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza

ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental

⁵ Publicação da Comissão Europeia (Outubro 2020):

https://agriculture.ec.europa.eu/news/commission-publishes-external-study-future-eu-livestock-2020-10-14_en

⁶ Bellarby J, Tirado R, Leip A, Weiss F, Lesschen J, Smith P. Livestock greenhouse gas emissions and mitigation potential in Europe. GLOBAL CHANGE BIOLOGY 19 (1); 2013. p. 3-18. JRC72638

⁷ The Institute for Agriculture and Trade Policy (IATP) and the Changing Markets Foundation. Emissions Impossible: Methane Edition (Novembro 2022): <https://www.iatp.org/emissions-impossible-methane-edition>

⁸ Instituto Nacional de Estatística. 2024. Grau de autoaprovisionamento de leguminosas secas (%) por Espécie de leguminosas secas; Anual - 2022 / 2023: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000193&contexto=bd&selTab=tab2

⁹ Galli, A., Moreno Pires, S., Iha, K., Alves, A. A., Lin, D., Mancini, M. S., & Teles, F. (2020). Sustainable food transition in Portugal: Assessing the footprint of dietary choices and gaps in national and local food policies. Science of the Total Environment, 749, 141307